

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Gabriel Silva/Folhapress



Bolsonaro levou milhares de pessoas à Paulista

Após ato, governo avalia o tamanho de Bolsonaro

Duas avaliações após o ato de domingo (25) vêm sendo feitas entre os observadores políticos dentro do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira é a constatação da capacidade ainda de arregimentação política do ex-presidente Jair Bolsonaro. Essa não chegou a surpreender o governo, embora houvesse a expectativa de um ato menor. A segunda avaliação, porém, surpre-

endeu: a capacidade em levar autoridades políticas. O governo imaginava que a essa altura os políticos conservadores iriam querer se descolar de Bolsonaro. Avaliaram errado. Os nomes mais expressivos foram ao ato. E a avaliação agora é quanto a como isso irá se refletir nas próximas eleições. A avaliação é que Bolsonaro talvez tenha grande capacidade de transferência.

São Paulo

E isso poderá se refletir em algumas composições pelos estados. Especialmente nas principais capitais. Em São Paulo, saiu fortalecido o apoio de Bolsonaro à tentativa de reeleição do prefeito Ricardo Nunes, o que empurrará o MDB local para o campo mais conservador.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o governo avalia que Eduardo Paes (PSD) segue tranquilo na sua tentativa de reeleição. Mas, diante dos problemas de André Ramagem (PL) com as investigações, especula-se um possível retorno da candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL).

Reprodução/Instagram



Caiado e Ricardo Nunes no ato de domingo

Polarização ainda demarca lados. A direita tinha de ir

O que pareceu ficar claro após o ato de domingo é que os políticos conservadores perceberam que a polarização política brasileira ainda demarca fortemente os lados. Quem quer se posicionar junto ao eleitorado no campo mais à direita precisava aparecer ali na foto. Ou acabaria identificado com o outro lado. Bolsonaro

está inelegível. Não participará da próxima eleição nacional. Diversos políticos ambicionam herdar esse espólio. Se querem herdar os votos dos eleitores bolsonaristas, precisam aparecer ao lado de Bolsonaro. Parece dissipada a ideia de que essa aproximação poderia ser um limitador de votos, pesados os riscos.

Caiado

O governo, por exemplo, surpreendeu-se com a presença no ato do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deve sua trajetória política a Bolsonaro, de quem foi ministro. Pesquisa feita durante o ato no domingo mostra que ele hoje é de longe o grande herdeiro dos votos dos eleitores bolsonaristas.

Tarcísio

Mais ainda, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deve sua trajetória política a Bolsonaro, de quem foi ministro. Pesquisa feita durante o ato no domingo mostra que ele hoje é de longe o grande herdeiro dos votos dos eleitores bolsonaristas.

Pesquisa

Durante o ato, o Monitor do Debate Político, da Universidade de São Paulo (USP), perguntou a quem estava presente quem herdaria os votos de Bolsonaro caso ele não disputasse (e ele não disputará). Tarcísio foi disparado o nome mais mencionado, com 61%.

Michelle

Michelle Bolsonaro foi o segundo nome mais citado. Mas bem mais atrás, com 19%. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), teve 7%. Caiado sequer foi mencionado. Ou seja, se quer ter os votos do grupo, o governador goiano tinha mesmo de estar no ato.

Planalto pode retaliar quem pediu impeachment

Lista com os nomes dos apoiadores foi enviada ao governo

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Os líderes da Câmara dos Deputados, juntamente com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), se reuniram na terça-feira (27), para discutirem as próximas pautas que serão levadas ao plenário. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também foi convidado, porém ele não pôde comparecer pois contraiu covid-19. Ao final da reunião, os parlamentares definiram o que levarão à votação, em especial medidas a serem votadas em regime de urgência.

Impeachment

Dentre os tópicos discutidos no encontro, comentou-se o pedido de impeachment contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em decorrência das suas declarações sobre a guerra no Oriente Médio. O documento foi elaborado pela deputada Carla Zambelli (PL-SP) e protocolado com 139 assinaturas, inclusive com deputados que compõem a base governista. O presidente Arthur Lira ainda não se manifestou sobre o pedido, mas a expectativa é que ele não leve adiante.

Após a reunião, foi encaminhada ao Palácio do Planalto a lista com o nome dos parlamentares filiados a partidos da base que assinaram o pedido de impeachment. A informação foi confirmada pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). Especula-se, então, que o governo possa vir a retaliar esses parlamentares na liberação de emendas e cargos.

“Formou-se um consenso entre nós de que é incompatí-



Presidente da Câmara, Arthur Lira não deverá avançar pedido de impeachment

vel o parlamentar ser da base do governo, ter relação com o governo e assinar pedido de impeachment. Isso não é razoável e a minha posição é encaminhar a lista desses parlamentares para que o governo tome providências”, escreveu o parlamentar por meio de suas redes sociais.

O documento protocolado pela oposição pede a cassação de Lula, após o presidente - que é um duro crítico à atuação militar de Israel na guerra contra o Hamas – comparar os ataques de Israel na Faixa de Gaza com o holocausto. “O que está acontecendo na Faixa de Gaza, com o povo palestino, não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler decidiu matar os

judeus”, declarou o presidente brasileiro durante sua viagem à Etiópia.

Comissões

Outra temática discutida na Câmara se refere às comissões da Casa. A expectativa é que Arthur Lira defina o comando das comissões ainda nesta semana. Os comandos das comissões são distribuídos pelos partidos de forma proporcional ao tamanho das bancadas.

Pelo regimento interno, o Partido Liberal, a maior bancada do Congresso, tem direito a decidir primeiro o comando da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas isso não impede as demais siglas de tentarem candidaturas avulsas. Atualmente, a CCJ está sob o comando do Partido dos Tra-

balhadores, por um acordo entre os partidos para que o PL comandasse a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Neste ano, o governo federal tenta ampliar sua presença nas comissões temáticas da Casa Baixa. Os alvos do governo são a CCJ, a CMO e a Comissão de Fiscalização Financeira.

Os partidos disputam as lideranças das bancadas com um orçamento total de R\$ 11 bilhões, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os maiores orçamentos são voltados para as comissões de Saúde (R\$ 4,5 bilhões), Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (R\$ 1,2 bilhões), Esporte (R\$ 650 milhões), Agricultura (R\$ 356 milhões) e Meio Ambiente (R\$ 200 milhões).

PEC que amplia isenção tributária para igrejas avança

Wilson Dias/Agência Brasil



PEC amplia isenção tributária das igrejas

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (27), o Projeto de Emenda à Constituição que amplia a imunidade tributária concedida a organizações religiosas (PEC 5/2023). O texto segue para o plenário da Casa e será votado em dois turnos. Para ser aprovada e seguir para o Senado Federal, são necessários 308 votos favoráveis em cada sessão. O projeto é de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), que é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.

A Constituição já prevê que templos religiosos e entidades de qualquer culto são isentos da cobrança de algumas contribuições da União, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto de Renda (IR). Porém, a imunidade tributária vale para o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades religiosas. Dessa forma, outras contribuições tributárias não podem ser isentas – como, por exemplo, os salários dos pastores.

O texto aprovado prevê que as entidades estão livres da cobrança de tributos sobre bens ou serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços de todas as religiões. O documento ainda determina que não podem ser tributadas as organizações assis-

tenciais e beneficentes ligadas a confissões religiosas – como creches, asilos, comunidades terapêuticas, entre outras. Na prática, as igrejas estão liberadas de pagarem impostos inclusive na construção de novos templos religiosos.

Serviços

O relator do projeto, deputado federal Dr Fernando Máximo (União Brasil-RO), defendeu que entidades religiosas, especialmente igrejas, prestam serviços à comunidade e, dessa forma, a isenção de impostos dá maior autonomia aos templos.

“Igrejas estão tirando pessoas do crime, triando pessoas das drogas, do álcool, da depressão e do suicídio, estão trazendo paz para o nosso país. Elas conseguem resgatar esses cidadãos, trazendo para a sociedade de volta, trazendo para o trabalho, evitando crime, fortalecendo a família, dando mais anos de vida”, declarou o parlamentar.

Governo

O texto foi aprovado com apoio do governo federal. Ao final da sessão da comissão, o relator da proposta agradeceu pelo diálogo com ministros do

governo, como o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

A articulação foi avaliada como uma tentativa do governo federal de se aproximar do setor religioso, em especial a bancada evangélica -- que tem maioria favorável ao ex-presidente, Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores.

Em negociação com a Casa Civil, Dr Fernando Máximo retirou no relatório final a extensão do benefício fiscal a partidos, entidades sindicais e instituições de educação e de assistência fiscal sem fins lucrativos.

Impacto Fiscal

A isenção de tributação em igrejas e templos implicará um impacto fiscal às contas públicas. Porém, o relatório do projeto afirma que o impacto será “irrisório”, devido à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na Reforma Tributária. O documento afirma que a reforma tributária, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado, estabeleceu que a alíquota do IPI será reduzida a zero, na maioria dos casos.

“Pela própria natureza deste novo imposto, é pouco provável que ele venha a incidir sobre as aquisições de que trata a Proposta de Emenda Constitucional ora em análise”, declarou o relatório.